



PODER

Centrão procura quinto ministro da Educação

De olho na pasta — que tem orçamento de R\$ 159 bilhões —, grupo de sustentação do governo avalia indicar o reitor do ITA, Anderson Ribeiro Correia, para o lugar de Milton Ribeiro, que deixou o cargo após denúncias de corrupção

Com a demissão de Milton Ribeiro, envolvido em suspeitas de corrupção no Ministério da Educação, o Centrão busca indicar o substituto — o **quinto** a comandar a pasta na gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL). A pasta desperta a ambição do grupo de sustentação do governo no Congresso por ter um dos maiores orçamentos da Esplanada, em torno de R\$ 159 bilhões.

O nome que desponta para ocupar a vaga é o do reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Anderson Ribeiro Correia. Evangélico, ele tem recebido ligações de integrantes do Centrão para sondá-lo sobre a possibilidade de assumir o posto. Ontem, ele teria uma conversa com o líder do PL na Câmara, deputado Altineu Cortes (RJ).

O reitor, de acordo com interlocutores, estaria disposto a aceitar o cargo e seria uma boa opção técnica, mas também alinhada aos evangélicos e ao Centrão. Bolsonaro chegou a considerar o nome de Correia para substituir o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, em junho do ano passado, mas optou por Milton Ribeiro.

Correia havia sido indicado por deputados da bancada evangélica, como Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e Marco Feliciano (PL-SP). Diante dos episódios envolvendo Ribeiro, Sóstenes — presidente da Frente Parlamentar Evangélica — declarou que o então ministro não tinha sido sua escolha e destacou a preferência pelo reitor do ITA. Agora, no entanto, a indicação está partindo de políticos ligados ao ex-deputado Valdemar Costa Neto, presidente nacional do PL, e não dos evangélicos.

Outro nome mencionado é Marcelo Lopes da Ponte, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que tem relacionamento estreito com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, um dos caciques do Centrão. Correndo por fora estaria Garigham Amarante Pinto, diretor de Ações Educacionais do Fundo. Ao **Correio**, porém, ele negou a possibilidade. “Eu conversei com o presidente (do PL) Valdemar (Costa Neto), e ele me falou que essa indicação não procede”, contou.

Milton Ribeiro pediu demissão 10 dias após denúncias, do *Estadão*, que revelaram a atuação de um gabinete paralelo no MEC, com cobrança de propina até em barra de ouro em troca da liberação de recursos para escolas. Nesse período, também, a *Folha de S.Paulo* divulgou um áudio no qual o então ministro dizia favorecer pastores por ordem de Bolsonaro.

Na carta de demissão entregue a Bolsonaro, Ribeiro afirmou que as denúncias provocaram “uma grande transformação” em sua vida. “Tenho plena convicção de que jamais realizei um único ato de gestão na minha pasta que não fosse pautado pela correção, pela probidade e pelo compromisso com o Erário”, enfatizou. Ele disse deixar o cargo “de coração partido”.

O ex-ministro foi ao MEC, ontem, esvaziar as gavetas. De acordo com funcionários da pasta, ele fez orações e agradeceu aos funcionários. A lei do silêncio imperava na pasta. “A ordem é não comentar sobre nada até que o presidente nomeie o novo ministro”, disse um servidor. **(Cristiane Noberto, Deborah Hana Cardoso, com Agência Estado)**

Divulgação/PL



Valdemar Costa Neto, presidente do PL, partido de Bolsonaro: indicação está partindo de políticos ligados ao ex-deputado

» Líder da oposição no Senado pede CPI

O líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apresentou requerimento de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as suspeitas de corrupção no Ministério da Educação, apontando possíveis crimes cometidos pelo ex-ministro Milton Ribeiro e pelo presidente Jair Bolsonaro. O documento cita pelo menos cinco suspeitas de crime envolvendo os dois. O chefe do Executivo é classificado no documento como, “no mínimo, autor intelectual ou mandante dos atos criminosos”.

Ministério conturbado

Relembra as polêmicas do MEC no governo Bolsonaro

Debandada do Inep

A menos de três semanas da aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em novembro de 2021, 37 servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do MEC responsável pela prova, entregaram seus cargos. Eles mencionaram episódios de assédio moral e fragilidade do comando da entidade.

Pastores do MEC

Em áudios divulgados pela imprensa, Milton Ribeiro afirmou priorizar pastores na liberação de recursos do FNDE. Na gravação, ele ainda cita que

o favorecimento é um pedido expresso do presidente Jair Bolsonaro.

Acusações de plágio

Antes de Milton Ribeiro, um ministro ficou apenas cinco dias no cargo: Carlos Decotelli, nomeado em junho de 2020, pediu demissão quando surgiram denúncias de irregularidades em seu currículo lattes, desde acusações de plágio em sua produção acadêmica até questionamentos a respeito de títulos que ele dizia ter.

Weintraub contra o STF

O então ministro Abraham Weintraub ficou pouco mais de um ano no cargo. Próximo dos filhos do presidente e popular entre a militância bolsonarista,

ele deixou o comando da pasta após a crise causada por suas declarações contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), na reunião ministerial de 22 de abril de 2020. “Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF”, enfatizou, na ocasião.

Mudanças polêmicas

O primeiro ministro da Educação de Bolsonaro foi Ricardo Vélez Rodríguez. Demitido em abril de 2019, após pouco mais de um ano no comando, ele propôs revisões polêmicas em livros didáticos, como mudar a forma como o golpe de 1964 e a ditadura militar eram ensinados. O então ministro chegou a pedir, também, que as escolas filmassem as crianças cantando o Hino Nacional.

Gestões controversas

Além de Milton Ribeiro, passaram pela pasta Abraham Weintraub, Ricardo Vélez Rodríguez e Carlos Alberto Decotelli. Todas as gestões, até agora, foram marcadas por polêmicas e um histórico de crises **(leia quadro)**.

ALEXANDRE GARCIA

NÃO PRECISAMOS DE TUTORES, A PROIBIR E A CENSURAR, A DECIDIR O QUE PODEMOS OU NÃO PODEMOS LER, VER OU OUVIR. TEMOS DISCERNIMENTO PARA SEPARAR PROPAGANDA DE NOTÍCIA, BOATO E FATO

Campanha proibida

Um deputado estadual do Podemos, do Rio de Janeiro, pediu que o TSE impedisse a ida de Lula a um evento na Uerj, alegando que seria um comício. Ontem, o tribunal negou. O que aconteceu nesse fim de semana com o Tribunal Superior Eleitoral sendo chamado a interferir em suposta propaganda eleitoral fora de época, num festival de música, é apenas uma pequena amostra do que deve acontecer neste ano até a liberação da campanha, em 15 de agosto. Imagino que o TSE não vai conseguir atender a tanta reclamação, com base no ema-

ranhado de leis que enredam as eleições brasileiras. Há o Código Eleitoral, leis complementares, leis ordinárias e uma série interminável de leis casuísticas, feitas sob medida para cada período eleitoral, além das resoluções e dos atos dos tribunais eleitorais. É um quebra-cabeça, supostamente, para dar igualdade de oportunidade a todos os candidatos — o que é impossível.

Teoricamente, a propaganda eleitoral só pode começar em 15 de agosto, mas isso é uma hipocrisia, porque, de fato, ela começou na noite de 28 de outubro de 2018, quando foi conhecido

o vencedor do segundo turno na eleição presidencial. Desde então, tudo está embebido de propaganda eleitoral. A pandemia teve mais conteúdo de propaganda eleitoral que de coronavírus. A CPI da Covid no Senado foi pura campanha eleitoral. Boa parte da mídia está em campanha eleitoral desde que precisou noticiar o nome do novo presidente. E ninguém reclama da propaganda fora de época, travestida de notícia, embora isso esteja escancarado no dia a dia.

Não precisamos de tutores, a proibir e a censurar, a decidir o que podemos ou não podemos

ler, ver ou ouvir. Temos discernimento para separar propaganda de notícia, boato e fato — e um smartphone para conferir e vontade para decidir o que não queremos. O perigo é que o nosso smartphone também pode ser censurado, se quisermos participar da campanha, ou se usarmos plataformas malvistas pela autoridade tutelar da eleição. Lembrou-me bem das campanhas em que aviões jogavam nas cidades panfletos com denúncias, difamações, acusações. Voto desde 1960; já fui mesário, mas sou, sobretudo, eleitor, que outorga seu poder original a vários mandatários. Meus candidatos

ganham e perderam eleições, mas nunca julguei que alguém devesse ser proibido de fazer propaganda de alguém ou algum partido, seja ele quem for. Mesmo porque a proibição é inútil. O que se nota é que agentes públicos, de espírito totalitário, cada vez mais avançam em nossas liberdades e poderes, na busca do velho sonho do Estado Leviatã.

Discutem-se filigranas, como a definição de propaganda eleitoral, segundo a qual, seria pedir voto para alguém, ou pedir que não vote em alguém. Mas há mil formas de fazer isso. É muito subjetivo. Citar um nome já é, de fato, fazer propaganda. No

fundo, esses controles, como vimos durante a pandemia, são formas de nos botar um cabresto, pelo medo. Medo de um vírus ou medo de um juiz que não respeita os direitos fundamentais da Constituição. Jogam sobre nós a teia de leis que se multiplicam com o calendário desde 1932. Regras que tratam de dinheiro de fundos eleitoral e partidário, dos partidos, dos eleitores, dos candidatos, dos prazos, dos gastos, da contabilidade, dos limites, dos honorários advocatícios, dos bens, das redes sociais... que bom seria se tanta lei trouxesse mais confiança nas apurações.